

Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, emitir parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas José Mendes Neto.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce-sp.gov.br.

Publicue-se.
São Paulo, 25 de agosto de 2020.
RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

PARECERES DO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

PARECERES DO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO
PARCEER
TC-004344.989.18-1
Prefeitura Municipal: Taquarivai.
Exercício: 2018.
Parecer: Maria Sebastiana Cecé Cardoso.
Advogado(s): Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013), André Augusto Golob Fernandes (OAB/SP nº 309.220), Gabriela Macedo Diniz (OAB/SP nº 317.849) e outros.
Procurador(es) de Contas: João Paulo Giordano Fontes.
Fiscalizada por: UR-1.
Fiscalização atual: UR-16.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DENTRO DOS PARÂMETROS ACEITOS POR ESTE TRIBUNAL. RESULTADOS AJUSTADOS POR EMPENHOS DE DESPESAS DO EXERCÍCIO REALIZADOS NO EXERCÍCIO SEQUINTE. ATENDIDOS OS PRINCIPAIS ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS, PRECATÓRIOS, CONTABILIZAÇÃO INCORRETA, DESPESAS DE PESSOAL, ATINGIDO O LIMITE PRUDENCIAL. ENSINO. TURMAS COM EXCESSO DE ALUNOS. PREJUÍZO AO APRENDIZADO CARACTERIZADO PLO NÃO Atingimento das metas do IDEB em nenhuma prova aplicada. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. ATENDIMENTO PARCIAL. FAVORÁVEL. ENVIO AO CORPO DE BOMBEIROS. RECOMENDAÇÃO. DETERMINAÇÃO.

Visitos, relatados e discutidos os autos.
ACORDA a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 1º de setembro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Relator, Renato Martins Costa, Presidente, e do Auditor Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, a E. Câmara decidiu emitir Parecer Favorável à aprovação das contas anuais, referentes ao exercício de 2018, da Prefeitura Municipal de Taquarivai, ressalvando os atos pendentes de apreciação por esta Corte de Contas.

Determinou, à margem do Parecer, a expedição de ofício à Origem, com as recomendações, alertas e determinações constantes do voto do Relator, juntado aos autos, devendo a Fiscalização verificar todas as ações efetivamente executadas pelo atual gestor em relação às recomendações e determinações, no próximo roteiro "in loco".

Determinou, por fim, a remessa de cópia da decisão (relatório e voto) e do relatório da fiscalização ao Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, em face da ausência de AVCB nos prédios municipais.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas - Thiago Pinheiro Lima.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório.

Publicue-se.
São Paulo, 02 de setembro de 2020.
RENATO MARTINS COSTA - PRESIDENTE
DIMAS RAMALHO - RELATOR
PARCEER
TC-004442.989.18-2
Prefeitura Municipal: Mirassolândia.
Exercício: 2018.
Parecer: João Carlos Fernandes.

Procurador(es) de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Fiscalizada por: UR-8.
Fiscalização atual: UR-8.
EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA MUNICIPAL. ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ACIMA DO ÍNDICE INFLACIONÁRIO. PEÇAS DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL. DESPESAS DE PESSOAL ACIMA DO LIMITE PRUDENCIAL. CONTABILIZAÇÃO DE DESPESAS COM TERCEIRIZAÇÃO DE ATIVIDADE-FIM NOS CÁLCULOS DAS DESPESAS COM PESSOAL. PROBLEMAS DE INFRAESTRUTURA NAS ESCOLAS. AUSÊNCIA DE AVCB OU ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA NOS PRÉDIOS PÚBLICOS. REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ABAIXO DO PISO NACIONAL. SUPERLOTAÇÃO NAS SALAS DE AULA. CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. PAGAMENTO EXCESSIVO DE HORAS EXTRAS. CONTRATAÇÕES DIRETAS DE ATIVIDADES TÍPICAS DE ESTADO. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. CONTROLE DE GASTOS COM COMBUSTÍVEIS. FRACTIONAMENTO DE DESPESAS PASSÍVEIS DE LICITAÇÃO. PARCEER FAVORÁVEL. RECOMENDAÇÃO. DETERMINAÇÃO.

Visitos, relatados e discutidos os autos.
ACORDA a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 1º de setembro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Relator, Renato Martins Costa, Presidente, e do Auditor Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, a E. Câmara decidiu emitir Parecer Favorável à aprovação das contas anuais, referentes ao exercício de 2018, da Prefeitura Municipal de Mirassolândia, ressalvando os atos pendentes de apreciação por esta Corte de Contas.

Determinou, à margem do Parecer, a expedição de ofício à Origem, com as recomendações, alertas e determinações constantes do voto do Relator, juntado aos autos, devendo a Fiscalização verificar todas as ações efetivamente executadas pelo atual gestor em relação às recomendações e determinações, no próximo roteiro "in loco".

Determinou, outrossim, a formação de autos apartados para analisar possível acúmulo irregular de cargos por parte de servidores municipais, com vistas a averiguar a eventual necessidade de ressarcimento ao erário.

Determinou, por fim, a remessa de cópia da decisão (relatório e voto) e do relatório da fiscalização ao Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, em face da ausência de AVCB nos prédios municipais.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas - Thiago Pinheiro Lima.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório.

Publicue-se.
São Paulo, 02 de setembro de 2020.
RENATO MARTINS COSTA - PRESIDENTE
DIMAS RAMALHO - RELATOR
PARCEER

TC-004546.989.18-7
Prefeitura Municipal: Monte Mor.
Exercício: 2018.
Parecer: Thiago Giatti Assis.
Advogado(s): José Américo Lombardi (OAB/SP nº 107.319), Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850), Euzébio Zimer Lopes (OAB/SP nº 131.930), Victor Franchi (OAB/SP nº 297.534) e outros.

Procurador(es) de Contas: Elida Graziane Pinto.
Fiscalizada por: UR-3.
Fiscalização atual: UR-3.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO. DÉFICIT FINANCEIRO SUPERIOR A UM MES DE ARRECAÇÃO. RECOLHIMENTO PARCIAL DE ENCARGOS

SOCIAIS DEVIDOS NO EXERCÍCIO. ELEVAÇÃO DA DÍVIDA DE LONGO PRAZO. ELEVAÇÕES ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS. NÃO FORAM REALIZADOS OS DEPÓSITOS DE PRECATÓRIOS DE ACORDO COM O REGIME ESPECIAL MENSAL. INCORRETA CONTABILIZAÇÃO E REGISTRO DE DÍVIDA JUDICIAL. DÉFICIT DE VAGAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. QUADRO DE PESSOAL POSSUI CARGOS COMISSIIONADOS EM DESCONFORMIDADE COM OS PARÂMETROS PERMITIDOS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO NÃO REGULAMENTADO. QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS. PAREER DESFAVORÁVEL.

Visitos, relatados e discutidos os autos.
ACORDA a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 1º de setembro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Relator, Renato Martins Costa, Presidente, e do Auditor Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, a E. Câmara decidiu emitir Parecer Desfavorável à aprovação das contas anuais, referentes ao exercício de 2018, da Prefeitura Municipal de Monte Mor, ressalvando os atos pendentes de apreciação por esta Corte de Contas.

Determinou, à margem do Parecer, a expedição de ofício à Origem, com as recomendações, alertas e determinações constantes do voto do Relator, juntado aos autos, devendo a Fiscalização verificar todas as ações efetivamente executadas pelo atual gestor em relação às recomendações e determinações, no próximo roteiro "in loco".

Determinou, por fim, a remessa de cópia da decisão (relatório e voto) e do relatório da fiscalização ao Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, em face da ausência de AVCB nos prédios municipais.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas - Thiago Pinheiro Lima.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório.

Publicue-se.
São Paulo, 02 de setembro de 2020.
RENATO MARTINS COSTA - PRESIDENTE
DIMAS RAMALHO - RELATOR
PARCEER
TC-004578.989.18-8
Prefeitura Municipal: Artur Nogueira.
Exercício: 2018.

Procurador(es) de Contas: Cláudio Vicensotti.
Advogado(s): Clayton Machado Valério da Silva (OAB/SP nº 212.125), Leandro da Rocha Bueno (OAB/SP nº 214.932) e outros.
Procurador(es) de Contas: Leticia Formoso Delsin Matuck Feres.

Fiscalizada por: UR-19.
Fiscalização atual: UR-19.

Determinou, à margem do Parecer, a expedição de ofício à Origem, com as recomendações, alertas e determinações constantes do voto do Relator, juntado aos autos, devendo a Fiscalização verificar todas as ações efetivamente executadas pelo atual gestor em relação às recomendações e determinações, no próximo roteiro "in loco".

Determinou, por fim, a remessa de cópia da decisão (relatório e voto) e do relatório da fiscalização ao Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, em face da ausência de AVCB nos prédios municipais.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas - Thiago Pinheiro Lima.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório.

Publicue-se.
São Paulo, 02 de setembro de 2020.
RENATO MARTINS COSTA - PRESIDENTE
DIMAS RAMALHO - RELATOR
PARCEER
TC-004442.989.18-2
Prefeitura Municipal: Mirassolândia.
Exercício: 2018.
Parecer: João Carlos Fernandes.

Procurador(es) de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Fiscalizada por: UR-8.
Fiscalização atual: UR-8.
EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA MUNICIPAL. ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ACIMA DO ÍNDICE INFLACIONÁRIO. PEÇAS DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL. DESPESAS DE PESSOAL ACIMA DO LIMITE PRUDENCIAL. CONTABILIZAÇÃO DE DESPESAS COM TERCEIRIZAÇÃO DE ATIVIDADE-FIM NOS CÁLCULOS DAS DESPESAS COM PESSOAL. PROBLEMAS DE INFRAESTRUTURA NAS ESCOLAS. AUSÊNCIA DE AVCB OU ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA NOS PRÉDIOS PÚBLICOS. REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ABAIXO DO PISO NACIONAL. SUPERLOTAÇÃO NAS SALAS DE AULA. CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. PAGAMENTO EXCESSIVO DE HORAS EXTRAS. CONTRATAÇÕES DIRETAS DE ATIVIDADES TÍPICAS DE ESTADO. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. CONTROLE DE GASTOS COM COMBUSTÍVEIS. FRACTIONAMENTO DE DESPESAS PASSÍVEIS DE LICITAÇÃO. PARCEER FAVORÁVEL. RECOMENDAÇÃO. DETERMINAÇÃO.

Visitos, relatados e discutidos os autos.
ACORDA a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 1º de setembro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Relator, Renato Martins Costa, Presidente, e do Auditor Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, a E. Câmara decidiu emitir Parecer Desfavorável à aprovação das contas anuais, referentes ao exercício de 2018, da Prefeitura Municipal de Artur Nogueira, ressalvando os atos pendentes de apreciação por esta Corte de Contas.

Determinou, à margem do Parecer, a expedição de ofício à Origem, com as recomendações, alertas e determinações constantes do voto do Relator, juntado aos autos, devendo a Fiscalização verificar todas as ações efetivamente executadas pelo atual gestor em relação às recomendações e determinações, no próximo roteiro "in loco".

Determinou, por fim, a remessa de cópia do relatório da equipe técnica e da decisão (relatório e voto) ao Ministério Público Estadual, tendo em vista as falhas no setor de pessoal, bem como ao Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, em face da ausência de AVCB nos prédios municipais.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas - Thiago Pinheiro Lima.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório.

Publicue-se.
São Paulo, 02 de setembro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA - PRESIDENTE
DIMAS RAMALHO - RELATOR
PARCEER

TC-004642.989.18-0
Prefeitura Municipal: Santa Bárbara d'Oeste.
Exercício: 2018.
Parecer: Denis Eduardo Andia.

Advogado(s): José Américo Lombardi (OAB/SP nº 107.319), Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850), Milena Aparecida Tadioti Martiniano Nunes (OAB/SP nº 287.616), Aline Grazielle Freitas Cano (OAB/SP nº 351.475) e outros.

Procurador(es) de Contas: Leticia Formoso Delsin Matuck Feres.

Fiscalizada por: UR-3.
Fiscalização atual: UR-3.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO. DÉFICIT FINANCEIRO. DESQUILÍBRIO NA GESTÃO FISCAL. AUMENTO DA DÍVIDA DE LONGO PRAZO. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS REALIZADAS POR DECRETOS. PEÇAS DE PLANEJAMENTO. NÃO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS SOCIAIS. PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS COM A DESPESA DE PESSOAL ACIMA DO LIMITE PRUDENCIAL. PAGAMENTOS ACIMA DO TETO CONSTITUCIONAL. DEMANDA REPRIMIDA DE VAGAS NAS CRECHES DO MUNICÍPIO. INFRAESTRUTURA DE ESCOLAS E UNIDADES DE SAÚDE. SUPERLOTAÇÃO DE SALAS DE AULA. IDADE DA FROTA ESCOLAR ACIMA DO RECOMENDADO PELO FNDE. ELEVADO TEMPO DE ESPERA NOS EXAMES, CONSULTAS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. PAGAMENTO EXCESSIVO DE HORAS EXTRAS. PARCEER DESFAVORÁVEL. RECOMENDAÇÃO. DETERMINAÇÃO.

1. O princípio da gestão equilibrada previsto no artigo 1º, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal presuppõe o equilíbrio entre receitas e despesas.

2. O Executivo local deve recolher seus encargos sociais tempestivamente e em sua totalidade, evitando com isso juros e multas incidentes sobre os valores não quitados;

3. A Constituição Federal em seu artigo 37, XI, estabelece como teto remuneratório para os servidores do Poder Executivo o subsídio mensal do Prefeito;

Visitos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 1º de setembro de 2020, pelo

voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Relator, Renato Martins Costa, Presidente, e do Auditor Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, a E. Câmara decidiu emitir Parecer Desfavorável à aprovação das contas anuais, referentes ao exercício de 2018, da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara d'Oeste, ressalvando os atos pendentes de apreciação por esta Corte de Contas.

Determinou, à margem do Parecer, a expedição de ofício à Origem, com as recomendações, alertas e determinações constantes do voto do Relator, juntado aos autos, devendo a Fiscalização verificar todas as ações efetivamente executadas pelo atual gestor em relação às recomendações e determinações, no próximo roteiro "in loco".

Determinou, por fim, a remessa de cópia do relatório da equipe técnica e da decisão (relatório e voto) ao Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, em face da ausência de AVCB nos prédios municipais.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas - Thiago Pinheiro Lima.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório.

Publicue-se.
São Paulo, 02 de setembro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA - PRESIDENTE
DIMAS RAMALHO - RELATOR
PARCEER

TC-004280.989.18-7
Prefeitura Municipal: Restinga.
Exercício: 2018.

Parecer: Amarildo Tomas do Nascimento.
Advogado(s): Paula Teixeira Gonçalves (OAB/SP nº 260.280), Alex Gomes Balduino (OAB/SP nº 292.682), Júlio César Machado (OAB/SP nº 330.136) e outros.

Procurador(es) de Contas: Renato Constante Castelli.

Fiscalizada por: UR-17.
Fiscalização atual: UR-17.

Sustentação oral proferida em sessão de 25-08-20.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. EXCESSIVAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS. INSUFICIENTE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS. BAIXO RETORNO QUALITATIVO DOS INVESTIMENTOS EM ENSINO. DÉFICIT DE VAGAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. FRAGILIDADE DO SETOR DE PLANEJAMENTO. ATENDIMENTO PARCIAL. ÀS LEIS DE TRANSPARÊNCIA. DESFAVORÁVEL. RECOMENDAÇÃO. DETERMINAÇÃO.

1. O déficit financeiro superior a 30 dias de arrecadação, com piora em relação ao exercício anterior, combinado com o insuficiente depósito de precatórios, impõe a emissão de parecer desfavorável.

Visitos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 1º de setembro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Relator, Renato Martins Costa, Presidente, e do Auditor Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, a E. Câmara decidiu emitir Parecer Desfavorável à aprovação das contas anuais, referentes ao exercício de 2018, da Prefeitura Municipal de Restinga, ressalvando os atos pendentes de apreciação por esta Corte de Contas.

Determinou, à margem do Parecer, a expedição de ofício à Origem, com as recomendações, alertas e determinações constantes do voto do Relator, juntado aos autos, devendo a Fiscalização verificar todas as ações efetivamente executadas pelo atual gestor em relação às recomendações e determinações, no próximo roteiro "in loco".

Determinou, por fim, a remessa de cópia da decisão (relatório e voto) e do relatório da fiscalização ao Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, em face da ausência de AVCB nos prédios municipais.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas - Thiago Pinheiro Lima.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório.

Publicue-se.
São Paulo, 02 de setembro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA - PRESIDENTE
DIMAS RAMALHO - RELATOR

SENTENÇAS

SENTENÇA DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CIDADINI

SENTENÇAS REFERIDAS PELO CONSELHEIRO RELATOR ANTONIO ROQUE CIDADINI

Os processos referidos ficarão disponíveis aos interessados para vista e extração de cópias independente de requerimento, em Cartório, nos termos da Resolução nº02/2000.

Processo nº: TC-22168.989.20.

Órgão: Unidade de Gestão Assistencial IV. Hospital Maternidade "Leonor Mendes de Barros" -Secretaria de Estado da Saúde. Responsável: Corintio Mariani Neto. Responsável Admis-são: Jovair Duarte da Silva. Matéria Em Exame: Admissão de Pessoal. concurso: I.E. nº07/2014/Remanescentes do Concurso Público promovido pelo Hospital Guilherme Álvaro -Santos). Homologado em: 11/06/15. Prazo Validade Até: 10/06/17. Prorogação: 10/06/19. Exercício: 2019.

Extrato de Sentença: Pelos motivos expostos na sentença referida, Juízo Legal os Atos de Admissão de pessoal, dos servidores: Natalia Held; Decécia Rodrigues Rius; Rafael Pedro Marques; Edson Vieira; Osvaldo Jonhatan da Silva; Cristiane Fiedler Salvo; Luciana Oliveira dos Santos; Jose Victor Medina Estanislau; Geize Maria da Silva Souza; Estela Barros dos Santos; Rosmar dos Santos Leal; Adriana Gonçalves dos Santos; Sueli de Melo; Carmem Lucia Santos; Lillian Aparecida dos Santos Oliveira; e Vanusa Alves Amorim Silva, nos termos do inciso V, do art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93 e determino, por consequência, o respectivo registro.

Publicue-se.

SENTENÇA DO AUDITOR ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

SENTENÇAS DO AUDITOR ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
PROCESSO: TC-00002269.989.18-2 ÓRGÃO: DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE AVANHANDAVA
DAEAE RESPONSÁVEL(S): SILVIO CESAR DE CASTILHO EXERCÍCIO EM EXAME: BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO (14). INSTRUÇÃO: UR-01 UNIDADE REGIONAL DE ARAUCATUA / DSF-II

EXTRATO: Pelos motivos expressos na sentença referida, com supedâneo na Constituição Federal, art. 73, § 4º, e na Resolução TCESP 03/2012, JULGO REGULARES COM RESSALVA, nos termos do artigo 33, inciso II, c.c. o art. 35 da Lei Complementar nº 709/93, as contas do exercício de 2018 do Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Avanhandava – DAEAE. Quanto ao responsável, a Auditoria deve atentar para as determinações e recomendações que constaram do corpo deste decurso. Diante da reincidência constatada na inobservância das determinações desta Corte de Contas, aplico multa ao Sr. Silvío César de Castilho, com fundamento no inciso VI do artigo 104 da LCE 709/93, que arbitro em 160 (cento e sessenta) UFEPS. Determino à Fiscalização que, em inspeção futura, verifique as medidas saneadoras notificadas pela defesa como também as providências adotadas em decorrência das deliberações exaradas nesta decisão. Ação-se o disposto nos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar Estadual n. 709/93. Executo os atos pendentes de julgamento por este Tribunal. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce-sp.gov.br.

Publicue-se.

PROCESSO: TC-002715.989.19-0 ÓRGÃO: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE PALMITAL - SAAE ADVOGADO: JOÃO BENEDITO GUEDES SOBRINHO (OAB/SP 139.235) MUNICÍPIO: PALMITAL RESPONSÁVEL: JOSÉ PEREIRA DA SILVA - PRESIDENTE PERÍODO: 01/01/2019 A 31/12/2019 EM EXAME: BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO DE 2019 EXERCÍCIO: 2019 INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE MARILIA - UR-04 / DSF-I

EXTRATO: Diante de todo o exposto, à vista do contido nos autos, com supedâneo na Constituição Federal, art. 73, § 4º, e a Resolução TCESP 03/2012, JULGO REGULARES, nos termos do artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 709/93, as contas do exercício de 2019 do Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Palmital – SAAE. Quanto o responsável nos moldes do artigo 34 do referido diploma legal. Executo os atos pendentes de julgamento por este Tribunal. Consigno que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP), na página www.tce-sp.gov.br/tceesp/processo-eletronico, mediante regular cadastramento.

Publicue-se.

PROCESSO: TC-00003032.989.19-6 ÓRGÃO: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MAIRIPORA - IPREMA RESPONSÁVEL(S): GETULIO SPADA ADVOGADO: RODRIGO SAAE RODRIGUEZ (OAB/SP 292.327) EXERCÍCIO: 2019 EM EXAME: Balanço Geral do Exercício (114) INSTRUÇÃO: 2º DIF - 2ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO/DSF-I

EXTRATO: Pelos motivos expressos na sentença referida, considerando o contido nos autos, com supedâneo na Constituição Federal, art. 73, § 4º e na Resolução TCESP 03/2012, JULGO REGULARES COM RESSALVA as contas do exercício de 2019 do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Mairipora - IPREMA, nos termos do art. 33, inciso II c/c. art. 35º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Quanto o responsável. Admito ao gestor do RPPS para que tome como norte os apontamentos da equipe técnica com vistas ao aprimoramento da administração do RPPS. Determino à Fiscalização que, na inspeção futura, faça as devidas verificações das correções das falhas. Executo os atos pendentes de julgamento por este Tribunal. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce-sp.gov.br.

Publicue-se.

PROCESSO: TC-00022350.989.20-8 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORANDI RESPONSÁVEL: MARCOS ANTONIO DANIEL - PREFEITO MUNICIPAL À ÉPOCA E ATUAL EM EXAME: ADMISSÃO DE PESSOAL - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/17 (SUBSEQUENTE) EXERCÍCIO: 2019 INTERESSADA: ANA HELENA MIRANDA MARSAI. INSTRUÇÃO: UR-06 UNIDADE REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO

EXTRATO: Pelos motivos expostos na sentença, e com fundamento no inciso III, do artigo 33, da Constituição Estadual, combinado com o inciso V, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 709, de 1993, JULGO LEGAL o ato de admissão em exame e determino o registro pertinente. Consigno que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico (e-TCESP), na página www.tce-sp.gov.br/tceesp/processo-eletronico, mediante regular cadastramento.

Publicue-se.

PROCESSO: TC-022610.989.20-4 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE EPITÁCIO ADONISADO: MARCIO TERUO MATSUMOTO (OAB/SP 133.431) RESPONSÁVEL: CASSIA REGINA ZAFFANI FURLAN - PREFEITA MUNICIPAL EM EXAME: ADMISSÃO DE PESSOAL (SUBSEQUENTES) - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018 EXERCÍCIO: 2019 INTERESSADA: PAULA GRACIELA SOUZA DA SILVA E OUTROS EDITAL INSTRUÇÃO: UR-5 UNIDADE REGIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE / DSF-I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, e com supedâneo no artigo 73, § 4º da Constituição Federal, c/c artigo 33, inciso III da Constituição Estadual e na Resolução nº 03/2012 deste Tribunal, JULGO LEGAIS os atos de admissão em exame e determino os registros pertinentes. Registro que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico (e-TCESP), na página www.tce-sp.gov.br/tceesp/processo-eletronico, mediante regular cadastramento.

Publicue-se.

PROCESSO: TC-00025921.989.19-0 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIASSUNINGUA ADVOGADO: LUIZ GONZAGA NEVES MELO JUNIOR (OAB/SP 56.184) RESPONSÁVEL(S): ADEMIR ALVES LINDO - PREFEITO MUNICIPAL À ÉPOCA ADVOGADO: EDUARDO LEANDRO DE QUEIROZ E SOUZA (OAB/SP 109.013) / TATIANA BARONE SUSSA (OAB/SP 228.489) / GRAZIELA NOBREGA DA SILVA (OAB/SP 247.092) / RODRIGO POZZI BORBA DA SILVA (OAB/SP 262.845) / GABRIELA MACEDO DINIZ (OAB/SP 317.849) / CAMILA APARECIDA DE PADUA DIAS (OAB/SP 331.745) / FABIO JOSE DE ALMEIDA DE ARAUJO (OAB/SP 398.760) / JOICIMAR RAMOS MOURA (OAB/SP 408.328) / KAREN SILVA DO CARVALHO (OAB/SP 410.915) / ANA PAULINA GOMES MORAES (OAB/SP 415.242) / AGATHA ALVES DE ARAUJO (OAB/SP 418.902) / LUCAS PASSOS VIEIRA DA COSTA (OAB/SP 425.346) / GABRIELA ASSUAR NUCCI (OAB/SP 431.033) MILTON DIMAS TADEU URBAN - PREFEITO MUNICIPAL ATUAL EM EXAME: ADMISSÃO DE PESSOAL (REINTEGRAÇÃO) - PROCESSO SELETIVO Nº P5 001/2013 EXERCÍCIO: 2018 INTERESSADA: IEDA CRISTINA DOS SANTOS NOROIO INSTRUÇÃO: UR-10 ARARAS - DSF-II

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, TOMO CONHECIMENTO dos atos subsequentes à admissão inicial ora em exame neste feito (desligamento – reintegração – desligamento) e determino as anotações pertinentes à margem do registro, nos termos do inciso V, do artigo 2º, da Lei Complementar Paulista nº 709/93. Registro que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico (e-TCESP), na página www.tce-sp.gov.br/tceesp/processo-eletronico, mediante regular cadastramento.

Publicue-se.

PROCESSO: TC-00020470.989.20-3 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCO DA ROCHA (CNPJ: 46.523.